

III COLÓQUIO
**AGRICULTURA FAMILIAR E
DESENVOLVIMENTO RURAL**



Porto Alegre, 17 e 18 de novembro de 2011

**O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM FOCO:
REDE DE REFERÊNCIA E SUA INTERFACE COM OS MERCADOS
NO SUL GAÚCHO¹**

Shirley G. Nascimento Altemburg²

Cláudio Becker³

Fernanda Novo da Silva⁴

Nádia Velleda Caldas⁵

Resumo

Na atualidade está em discussão, nos mais diversos espaços da sociedade, a importância de ações que contemplem o desenvolvimento da agricultura familiar. Estas discussões ganham notoriedade adicional quando privilegiam sistemas de produção de base ecológica. Nesta perspectiva, o presente artigo teve como objetivo compreender como a Rede de Referência em Agricultura familiar – que constitui o resultado de uma dessas ações – tem auxiliado na formação das relações que seus membros estabelecem, sobretudo com os mercados. Para tal, utilizou-se de metodologia qualitativa, a partir da realização de questionários semi-estruturados (maio/dezembro 2010) e entrevistas em profundidade (junho de 2011), as quais sustentaram estas discussões. No tocante aos resultados foi possível inferir que se a Rede não interfere diretamente na consolidação e na dinâmica que permeia o acesso aos mercados ela é peça fundamental aos agricultores, pois contribui para organização e gestão de suas unidades produtivas, para o acesso a informações sobre formas de comercialização de produtos, bem como no sentido de reforçar os laços de cooperação entre os membros deste grupo.

Palavras-chave: rede de referência; mercados; agricultura familiar

O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM FOCO:

¹ Texto para o III COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, Porto Alegre, 17 e 18 de novembro de 2011.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar - Universidade Federal de Pelotas; Bolsista CAPES; membro do Grupo de Pesquisa NUPEAR/UFPel; E-mail: shi_nascimento@yahoo.com.br

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar - Universidade Federal de Pelotas; Bolsista CNPq (EXP); membro do Grupo de Pesquisa NUPEAR/UFPel; E-mail: cldbecker@gmail.com

⁴ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar - Universidade Federal de Pelotas; Bolsista CAPES; membro do Grupo de Pesquisa NUPEAR/UFPel; E-mail: fernandanovo@gmail.com

⁵ Professora do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas; Doutora em Ciências (Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar - Universidade Federal de Pelotas); membro do Grupo de Pesquisa NUPEAR/UFPel; E-mail: velleda.nadia@gmail.com

THE IMPORTANT ROLO OF FAMILY IN FOCUS: REFERENCE NETWORK AND ITS INTERFACE WITH THE MARKETS IN SOUTHERM RIO GRANDE DO SUL

Abstract

Currently under discussion in the different areas of society, the importance of actions that address the development of family agriculture. These discussions focus gain notoriety when additional production systems ecological basis. In this perspective, this article aims to understand how the Reference Network in Agriculture familiar - which is the result of these actions - has helped in shaping the relationships that its members establish, especially with the markets. To this end, we used a qualitative methodology, based on the performance of semi-structured questionnaires (May / December 2010) and in-depth interviews (June 2011), which held these discussions. Regarding the results it was possible to infer that the network does not interfere directly in the consolidation and dynamic that permeates her access to markets is a key to farmers because it contributes to the organization and management of its production units, for access to information about ways marketing of products as well as to strengthen cooperation ties between the members of this group.

Key-works: referral network; markets; family farming

Introdução

Com a modernização da agricultura o que se viu em todo o mundo, e sobretudo no Brasil, foi a desvalorização dos saberes empíricos dos agricultores. Saberes estes que tradicionalmente perpassavam gerações. Conseqüentemente, muitos agricultores abdicaram dos seus conhecimentos para adotar o “novo”, ou seja, a técnica moderna preconizada pelo saber perito do extensionista rural. E, por meio do uso intenso de máquinas e de insumos, uma considerável parcela de agricultores abandonou práticas que se pautavam nos ritmos da natureza⁶ e que admitiam a finitude dos recursos naturais.

Em que pese esta mudança de cenário, a agricultura familiar⁷ tem sido incentivada, ainda que de forma tênue, a resgatar algumas das práticas e conhecimentos, para a partir deles, construir alternativas que lhe permita ampliar o acesso aos mercados e assegurar sua reprodução social. É no intuito de validar e respaldar estas ações e estes conhecimentos, que muitas iniciativas têm surgido, entre as quais figura a Rede de Referência em Agricultura

⁶ Aqui se trata da abordagem de “temporalidade”, entendido Montibeller-Filho como “o tempo geológico, o tempo na natureza em sua ordem, seus ciclos próprios de reprodução, incorpora-se na abordagem ao lado e superando a hegemonia do tempo econômico (dominado pela racionalidade da produção e da produtividade).” (2001, p.51)

⁷ O conceito de agricultura familiar assumida neste trabalho é que a mesma assume uma forma social de uso da terra que melhor responde à noção de sustentabilidade (ALMEIDA, 1998).

Familiar, coordenada pela Embrapa Clima Temperado⁸.

Convém destacar que etimologicamente, o substantivo feminino “rede” deriva do latim, reunindo, dentre diversos significados, o de “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido” (FERREIRA, 1986). Esta noção pode ser transposta para pensar a circulação de informações, como percorrendo os fios da trama, para levar conhecimentos entre os diversos atores que constituem os nós que entrelaçam a trama desta rede.

Com a intenção de unir agricultores, divulgar ações e tecnologias, que auxiliam na promoção do desenvolvimento endógeno, a Rede de Referência acaba formando uma teia de conhecimentos, que se dissemina para além de seus limites físicos (PERERA, 2009). Assim, de nossa parte, entende-se como fundamental avaliar estas ações sob a ótica dos protagonistas, no intuito de compreender como esta Rede vem auxiliando do ponto de vista das relações que os agricultores mantêm para além dos limites da própria Rede de Referência.

É nesse âmbito que inscreve este artigo, que visa analisar o papel da Rede como instrumento de auxílio no acesso aos mercados, bem como no afã de discutir os reflexos deste processo para os próprios agricultores familiares que a integram.

1. Rede de Referência: um suporte para a organização social

Como forma de entender o universo empírico desta pesquisa, esta secção procurou dar suporte à teoria sobre redes, para posteriormente caracterizar a Rede de Referência em Agricultura Familiar e, na sequência, discutir as implicações da Rede nas relações estabelecidas por seus integrantes.

1.1 A concepção de Redes e o entendimento de seus conceitos

A busca por alternativas que respaldem o alcance de objetivos unidirecionais em organizações não se configura como algo atual e sim remonta à Antiguidade. De acordo com Marcon e Moinet (2001, p.18), atualmente, existe outra maneira de ver a realidade, uma vez que a mesma já existia, e neste sentido afirmam que “a noção de rede nunca esteve tão presente na linguagem e no pensamento atual”.

De forma a buscar um maior entendimento sobre as redes é conveniente verificar a trajetória das mesmas enquanto campo de pesquisa. Martes *et. al.* (2006), comentam que, no contexto da sociologia, a evolução histórico-científica de redes contém três bases de

⁸ Convém grifar que ao longo do texto quando estivermos nos referindo a Rede de Referência em Agricultura Familiar, estaremos utilizando o termo “Rede”.

formação: “estudos sociométricos, apoiados na psicologia *gestalt*⁹; estudos desenvolvidos por antropólogos da Universidade de Manchester; e estudos desenvolvidos pelos estruturalistas da Universidade de Harvard” (MARTES *et. al.* 2006, p. 10; destaque no original).

Os estudos sociométricos iniciados na década de 1930 tiveram como pioneiro o pesquisador Jacob Levy Moreno, que utilizava Sociogramas¹⁰ para identificar os relacionamentos em forma de rede entre pessoas e os padrões de interação, *clusters* e as dinâmicas dos pequenos grupos (MARTES *et. al.*, 2006) .

Já os estudos desenvolvidos pelos antropólogos de Manchester, na década de 1950, utilizaram a fusão entre “matemática e a teoria social substantiva” e como resultado obtiveram duas abordagens: “a utilização de redes egocêntricas, isto é, a análise de redes em torno de um indivíduo em particular”, e ainda, “a análise do conteúdo dos laços da rede por meio de abstrações que descrevem modos particulares da atividade social, tais como parentesco, interação política, amizade e relações do trabalho” (MARTES *et. al.*, 2006, p. 11).

Com relação aos estudos deste grupo é importante destacar as variações quanto à concepção de rede, de uma visão mais técnica fundamentada nos padrões e formas para identificar rede, migrando para uma noção que reconhece aspectos sociais e humanos presentes no fenômeno.

Por sua vez, os estruturalistas, estudiosos da escola de Harvard, a partir de 1960, buscaram a conciliação entre diferentes abordagens de redes e seus trabalhos “sobre a base matemática das estruturas sociais”, numa tentativa de “modelar e mensurar matematicamente os papéis sociais – chamada de *blockmodeling* – pode ser considerado como o fundamento da atual forma de análise de redes” (MARTES *et. al.*, 2006, p. 11; destaque no original).

Segundo estes autores (MARTES *et. al.*, 2006), as diferenciações e modificações na forma de perceber a rede foi resultado de transformações que ocorreram no ambiente acadêmico no início da segunda metade do século XX, e tinham como princípio “a fuga de explicações individualistas, atomistas em direção a explicações relacionais, contextuais e sistêmicas”, que se espalhou por diversas áreas das ciências: “Estudos Organizacionais, Sociologia, Antropologia, até a Medicina e Física” (MARTES *et. al.*, 2006, p. 10).

⁹ De acordo com Barros (1985, p. 48), para a psicologia *gestalt* um todo não pode ser compreendido quando separado das partes, já que o todo é mais que a soma de todas as partes. “Uma paisagem não é apenas relva + céu + árvores + nuvens + outros detalhes. É uma percepção única que depende do relacionamento especial existente entre as partes”. É possível perceber as partes, porém estas só existem “em relações definidas umas com as outras. Mudemos as relações e a qualidade e o todo mudará completamente.”

¹⁰ É uma técnica que pretende obter uma radiografia grupal, isto é, procura obter de maneira gráfica, mediante a observação e contextualização, as diferentes relações entre sujeitos que conformam um grupo, pondo assim de manifesto os laços de influência e de preferência que existem no mesmo. Este tipo de relações não são necessariamente formais, na maioria dos casos são informais.

Deste modo, entende-se que as redes podem ser concebidas sob diversos ângulos, mas com um norte comum: facilitar o entendimento entre diversos atores sociais e suas ações.

Clegg e Hardy (1999), afirmam que redes

[...] são formadas por uma estrutura celular não rigorosa e composta de atividades de valor agregado que, constantemente, introduzem novos materiais e elementos. Podem assumir formas muito diferentes, variando da formal à informal; podem existir simplesmente para a troca de informações ou para serem envolvidas em processo de atividades conjuntas; podem ser mediadas por destruidores de redes ou surgir de iniciativas das próprias empresas. Parece que as redes possuem inúmeras vantagens como forma de organizar, incluindo a diluição do risco e compartilhamento de recursos para se evitar a duplicação onerosa de esforço independente; maior flexibilidade, comparadas a outras formas de integração, como em uma venda de controle acionário ou fusão, principalmente em que os ciclos de vidas dos produtos são curtos; maior acesso ao know-how e às informações por meio de relações de colaboração antes do estágio de conhecimento formal (CLEGG; HARDY, 1999, p. 40).

Conforme consta na vasta literatura sobre o tema, o conceito de redes pode ser utilizado tanto para mensurar a vida útil de um produto, quanto para categorizar o custo de produção, contabilizar os gastos com um serviço ou ainda ser utilizado em sua forma mais expressiva que a de proporcionar interação entre pessoas e conhecimentos.

Certamente seria possível destacar aqui um conceito de redes para cada área de conhecimento. Todavia, este não é o propósito deste artigo. Na próxima seção trataremos de destacar o conceito de redes que fundamenta este trabalho. Parte-se da concepção de redes como sendo “o conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)” (MARTES *et. al.*, 2006, p. 12). Assume-se a ideia de Rede social vendo as relações entre os atores a partir da existência de forças específicas e da presença de substâncias como confiança, reciprocidade, cooperação e outras. (CASTILLA. *et. al.*, 2000).

2. Redes para a agricultura familiar e a organização social no Sul do Rio Grande do Sul

Considerando que as redes de referências para a agricultura familiar¹¹ compõem o objeto empírico deste trabalho, é necessário fornecer elementos que permitam ao leitor conhecer em maior profundidade o projeto desenvolvido pela Embrapa Clima Temperado, respaldando a leitura deste texto, onde serão discutidos os resultados obtidos e apresentadas as conclusões e recomendações de pesquisa.

Conforme exposto anteriormente, as redes apresentam uma multiplicidade de usos e objetivos. Neste sentido, muitos trabalhos e estratégias de intervenção, voltados para agricultura

¹¹ Entende-se que a agricultura familiar está ligada de maneira estreita aos princípios do desenvolvimento sustentável e pode, por meio de processos agroecológicos, estabelecer novas bases para a produção agrícola que reflita na tão sonhada qualidade de vida no rural.

familiar, valem-se desta metodologia em sua implantação para garantir a troca de informações, bem como a validação de tecnologias que causem os menores impactos possíveis ao ambiente e ao homem.

Na região Sul do Rio Grande do Sul, a Rede de Referência em Agricultura Familiar surgiu com a implantação, pela Embrapa Clima Temperado, do projeto RS Rural, que colocou em prática o projeto intitulado “*Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região Sul do RS*”. Este projeto tinha como grande objeto subsidiar o processo de transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul (MEDEIROS *et. al.*, 2005)

Vale ressaltar que o referido projeto foi estruturado a partir das experiências realizadas pelo Institut de L'Élevage, na França¹². A importância desta metodologia se expressa pelo fato de a mesma levar em consideração a participação dos agricultores como agentes decisórios e assim garantir uma livre circulação de informações e o intercâmbio de experiências. A combinação destes dois fatores constitui ingredientes essenciais para formar um raciocínio de administração e planejamento da propriedade rural. E, por conseguinte, aflora no agricultor uma predisposição favorável às mudanças tecnológicas necessárias ao processo de transição.

Projetos embasados neste tipo de metodologia vêm respaldando, ao longo dos anos, a geração, teste e validação de tecnologias voltadas à transição agroecológica da agricultura familiar na região sul do estado, tendo como função primordial fornecer estruturação e suporte às ações junto aos agricultores (MEDEIROS *et. al.*, 2005)

Segundo Perera (2009), este projeto foi orientado para atender ao contingente de agricultores familiares da região, especialmente aqueles que já se encontravam organizados e dispostos a iniciar práticas sustentáveis em Agroecologia, mas ainda carentes de suporte técnico-científico para assumirem protagonismo no processo de transição para uma agricultura sustentável. Baseado em princípios epistêmico-metodológicos pouco usuais na pesquisa agropecuária dita *convencional*, o projeto utilizou a interdisciplinaridade, a multi-institucionalidade, o reconhecimento e valorização do saber dos agricultores e a participação social como forma de promover um arranjo local de pesquisa e desenvolvimento.

¹² O Institut de L'Élevage, instituição francesa de pesquisa e desenvolvimento na área de produção animal, identificou uma alternativa metodológica para a fase de validação de sistemas, traduzida na proposta das Redes de Propriedades de Referências, desenvolvidas por essa instituição desde 1981. Criado e gerido pelos produtores desde a década de 60, o Institut de l'Élevage é o resultado da fusão de três diferentes institutos técnicos voltados à produção animal, constituindo-se em um dos quinze institutos e centros técnicos organizados por produtos sob a responsabilidade das organizações profissionais dos produtores franceses (SOARES JÚNIOR *et. al.*, 2000, p.84-85 – destaque no original).

Atualmente, o referido projeto vem dando continuação à ação de pesquisa junto ao agricultor, sob nome de “*Pesquisa participativa em Rede de Referência para a agricultura familiar de base ecológica na região sul do RS*”, compondo o Macro Programa 6 da Embrapa, voltado ao apoio e ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do rural.

Neste sentido, o projeto da Rede de Referência, implantado na região sul do Rio Grande do Sul, teve como base a escolha de unidades de produção representativas para a agricultura familiar na região. De acordo com Medeiros *et. al.* (2005), a Rede constitui-se em

[...] um conjunto de propriedades representativas do sistema de produção agrícola familiar, que passaram por um processo de otimização visando ampliação de sua eficiência e sustentabilidade. Os trabalhos de validação de tecnologias nessas propriedades foram conduzidos pelos agricultores e técnicos, e serviram como referência técnica e econômica para as outras unidades (MEDEIROS *et. al.*, 2005, p.43).

Deste modo, entende-se que a Rede de Referência em Agricultura Familiar proporciona o acompanhamento do desempenho técnico-econômico das práticas realizadas pelos agricultores, auxiliando o processo de intervenção da pesquisa ou da extensão rural, por meio da coleta de informações agronômicas e sócio-econômicas com base em sistemas de produção, tipologia de unidades produtivas e referenciais agroecológicos (RS RURAL, 1999, p. 31).

De acordo com Medeiros *et. al.* (2005, p. 43), a Rede, para o fomento de suas atividades, valeu-se de objetivos como:

Levantar demandas de pesquisa, a partir de diagnósticos nas propriedades integrantes das redes; Realizar testes, ajustes e validação de tecnologias; Ofertar tecnologias e ou atividades que ampliem a eficiência dos sistemas de produção; Disponibilizar informações e propor métodos para orientar os agricultores na gestão da propriedade rural; Servir como pólo de difusão e capacitação de técnicos e agricultores; Subsidiar formulação de políticas de promoção da agricultura familiar.

Conforme explicam Medeiros *et. al.* (2005), os critérios adotados para a seleção das unidades “de referência” foram: a) estabelecimentos agrícola familiares representativos de sistemas de produção da região; b) agricultor comprometido com os objetivos do projeto de pesquisa participativa em Agroecologia ou decisão de transição agroecológica; c) capacidade de atender aos objetivos propostos nos respectivos projetos de pesquisa; d) demonstração de interesse pelo agricultor e sua família pelo trabalho proposto e disposição para implementar mudanças tecnológicas; e) bom relacionamento com a comunidade local; f) participação em grupo de produtores ou associações; g) ser pólo irradiador das tecnologias consolidadas.

Além dos critérios citados, a motivação dos agricultores em fazer parte do projeto também foi levada em consideração. Assim, as unidades produtivas foram definidas com o

apoio de técnicos das entidades envolvidas (Embrapa Clima Temperado, Emater, Fepagro, Irga, Coopar, Coopal, Capa, Unaic, MPA, conselhos municipais e associação de agricultores). Estes estabelecimentos encontram-se situados em sete municípios da região sul, conforme ilustra a Figura 1.

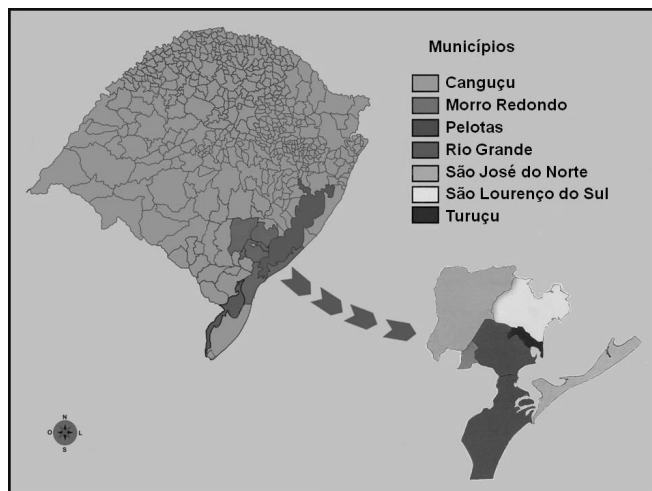


Figura 1: Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul com destaque aos municípios onde se situam as unidades produtivas vinculadas à Rede de Referência em Agricultura Familiar.

Fonte: Elaboração dos autores.

A Tabela 1 apresenta quatorze unidades, selecionadas para compor a Rede de Referência em Agricultura Familiar, distribuídas por localidade e vinculação por entidade parceira.

Tabela 1 – Unidades de Produção selecionadas por Município e entidade parceira

Município	Localidade	Entidade Parceira	Estabelecimento ¹³
Canguçu	Remanso	UNAIC	2
Canguçu	Remanso	UNAIC	6
Canguçu	Potreiro Grande	UNAIC	8
Morro Redondo	Rincão da Caneleira	EMATER	1
São José do Norte	Capão do Meio	EMATER	-
São José do Norte	Saraiva	EMATER	-
São José do Norte	Praia do Mar Grosso	EMATER	-
São Lourenço do Sul	Boqueirão	COOPAR	4
São Lourenço do Sul	Passo do Pinto	COOPAR	5
São Lourenço do Sul	Butiá	COOPAR	3
Rio Grande	Ilha dos Marinheiros	-	11
Turuçu	São Domingos	EMATER e Arpasul	7
Pelotas	Rincão dos Andrade	EMATER e Arpasul	10
Pelotas	Rincão dos Maías	CAPA	9

Fonte: Elaboração dos autores, segundo os dados retirados de Medeiros *et. al.*, (2005).

¹³ Estes números correspondem à organização das entrevistas e na discussão dos resultados servirá para identificar as famílias estudadas. Por esta razão as unidades produtivas localizadas em São José do Norte não possuem numeração.

Perera (2009), relata que a partir da definição das unidades de referência ocorreu a caracterização dos sistemas de produção desenvolvidos pelo agricultor, com a identificação dos principais elementos que compõem os sistemas existentes na propriedade, mesmo aqueles que não estão diretamente inseridos na geração de renda.

Conforme consta na publicação referente ao projeto RS RURAL, foram levantados dados com relação à: a) Infraestrutura de máquinas, benfeitorias, mão-de-obra, animais e criações; b) Indicadores técnicos de cultivos e criações; c) Situação da comercialização; d) Indicadores sociais, ambientais e econômicos; e, e) Definição dos sistemas de produção.

Assim, é possível identificar, em ordem de relevância, quais atividades eram mais representativas na formação da renda e quais as demandas urgentes para alavancar o processo de produção sustentável e agroecológico.

Para atender as bases sociais buscadas pelo projeto, Perera (2009, p.46), aponta que os gestores da Rede promoveram atividades para troca de experiências e capacitação dos integrantes do projeto e acrescenta que os saberes tradicionais, fruto desta experiência, exigiram uma sistematização das informações, fato que propiciou uma “sustentação metodológica para a articulação com o conhecimento científico”.

Propostas que seguem esta orientação reiteram a noção de que a ciência e as instituições de pesquisa devem respaldar as novas tendências da agricultura familiar voltadas para o universo da sustentabilidade. Neste sentido, Altieri (2002) atenta que:

Dentro da estrutura de uma abordagem agroecológica participativa, os objetivos econômicos, sociais e ambientais são definidos pela comunidade rural local e são implementadas tecnologias de baixo uso de insumos externos para harmonizar o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental. Finalmente, além do desenvolvimento e da difusão das tecnologias agroecológicas, a promoção da agricultura sustentável requer mudanças nas prioridades da pesquisa, na política agrícola e agrária e no sistema econômico, incluindo preços e mercado mais justo, assim como incentivos governamentais (ALTIERI, 2002, p. 554).

2.1 Caracterização dos agricultores vinculados a Rede de Referência em Agricultura Familiar

As informações que aqui trazemos fazem parte do conjunto de dados de pesquisa de campo realizada no período de maio a dezembro de 2010 e junho de 2011, refletindo as opiniões e posições assumidas por membros vinculados a onze das famílias integrantes da Rede de Referência.

Nesta perspectiva, buscou-se caracterizar o perfil sócio-econômico destes agricultores familiares de base ecológica, bem como exteriorizar suas opiniões em relação ao papel funcional da Rede em suas organizações sociais e à contribuição desta no

fortalecimento de seus vínculos com os mercados.

Assim, através das tabelas e gráficos, que serão apresentados adiante poderão ser visualizadas características tais como: faixa etária dos agricultores, tipos de renda, composição familiar e organização social.

Com relação à faixa etária dos agricultores observou-se que a agricultura de base ecológica, vinculada a Rede de Referência em Agricultura Familiar, não vem se renovando, visto que entre os entrevistados a idade média é superior a 40 anos (Fig.2). Este fato requer atenção, visto que outros estudos¹⁴ vão de encontro à esta constatação, predominando a juventude a frente da produção de base ecológica.

De acordo com Lovatto (2007), tomando como referência os dados de pesquisa exploratória no Vale do Rio Pardo,

a juventude é responsável pela ascendência da agricultura orgânica no período atual, pois a mesma combina com abertura às inovações, predominante na juventude, onde os indivíduos estão mais pré-dispostos as novas experiências, justamente pelo fato de não possuírem hábitos arraigados, inclinam-se às alternativas que surgem sem muita resistência quando essas lhes parecem atrativas. (LOVATTO, 2007, p.94)

No que afeta à situação econômica das famílias entrevistadas, indagou-se sobre a renda mensal, a fim de verificar sua origem e montante obtido pelas atividades desenvolvidas.

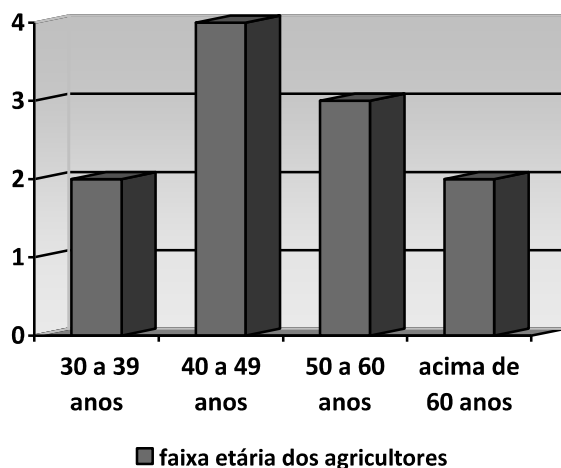


Figura 2 – Faixa etária dos 11 agricultores familiares entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo maio/ dezembro de 2010.

Com relação à renda agrícola, conforme observado na Fig. 3 verificou-se que há predominância (50%) da renda bruta acima de R\$ 1000,00/mês, sendo que algumas das famílias possuem renda mensal acima de R\$ 3.000,00 e outras que vêm encontrando

¹⁴ Referimo-nos a alguns trabalhos que compõem a edição da Revista Agriculturas (vol.8 N.1 – intitulada “Juventude na construção da agricultura do futuro”) e a pesquisa desenvolvida por Lovatto (2007).

dificuldades na produção e comercialização de seus produtos, auferindo rendas médias inferiores a R\$ 1.000,00.

Corroborando com esta realidade no trabalho desenvolvido por Lovatto (2007), os agricultores familiares de base ecológica também possuíam renda bruta predominante entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00.

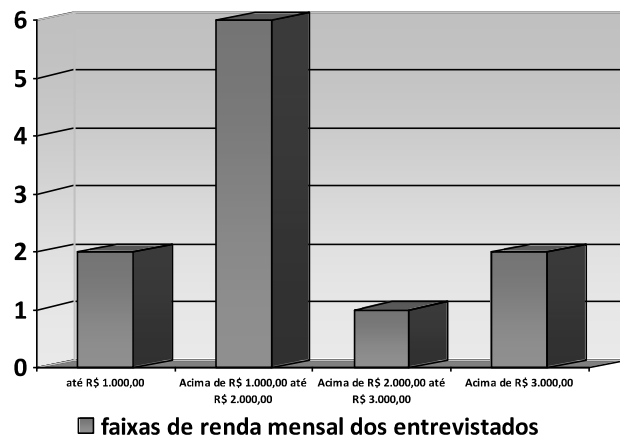


Figura 3 – Renda bruta mensal das 11 famílias entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de campo maio/ dezembro de 2010.

Como os agricultores em questão possuem baixa dependência de insumos externos, os valores ganhos com a comercialização da produção têm atendido de forma razoável as suas necessidades, pois é suficiente para suprir as despesas mensais, contudo não possibilita aos mesmos a realização de investimentos em suas unidades produtivas.

Convém destacar que esta questão está atrelada a falta de mão de obra dentro do grupo estudado e será apontado outras vezes durante as discussões, uma vez que este fator está presente de forma expressiva condicionando o campo decisional destes sujeitos.

Com relação à renda não agrícola constatou-se que apenas 36% das famílias contam com auxílio de aposentadoria, o que se justifica pela idade dos entrevistados, e apenas um dos agricultores desenvolve atividades remuneradas fora da propriedade.

Considerando o número de pessoas por família e ocupação dos mesmos, (Tab. 2), percebe-se, que na maioria dos casos o número de trabalhadores ativos por estabelecimentos – restringindo-se basicamente ao casal – sendo que estes desenvolvem todas as atividades na propriedade, o que causa uma sobrecarga diária de horas de trabalho. Verifica-se ainda, que a maioria dos filhos dos agricultores, que permanecem no campo até o presente momento, divide as atividades agrícolas com o processo de educação ou não possuem idade para auxiliar nas atividades dentro do estabelecimento (situação vivida por cinco famílias). Os filhos que teriam

como auxiliar os pais estão trabalhando na cidade ou no próprio interior, porém fora da unidade agrícola familiar.

Tabela 2 – Composição familiar e atividades desenvolvidas.

Estabelecimento	Nº de familiares	Atuando na agricultura	Trabalhando fora da UP	Estudando
1	5	5**	-	1
2	4	2	2	-
3	4	3	1	-
4	2	2	-	-
5	6*	5	-	-
6	5	5**	-	3
7	3	3	-	-
8	3	2	-	1
9	4*	2	-	-
10	3	1	2	-
11	3	2	-	1

* Família com crianças com idade inferior a escolar, e idosos que já não ajudam nas atividades agrícolas.

** Filhos auxiliam nas atividades apenas na parte da tarde.

Fonte: pesquisa de campo maio/ dezembro de 2010.

Certamente, são várias as causas desta situação, pois no momento existe um maior acesso a informação, o processo educativo passando por mudanças, a crise vivenciada pelo setor agrícola familiar, a falta de perspectiva dos jovens com a agricultura, vem ocasionando o abandono do campo¹⁵.

Diante deste contexto, entre os diversos estudos realizados sobre esta temática, dois são de grande recorrência na literatura atual, um deles é a tendência imigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia e outra se refere às características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMER, 2006).

Os agricultores confirmam a assertiva do envelhecimento do rural, a partir dos relatos que seguem: *“Meus dois filhos se formaram e foram embora. Só os velhos estão ficando no campo.”* (Entrevista 9, 2010); *“Meus dois filhos mais velhos foram embora. Estão muito bem na cidade. Esses mais novos também têm cabeça boa e logo, logo também tão indo. È talvez o do meio fique, às vezes ele diz que quer ficar trabalhando na agricultura.”* (Entrevista 6, 2010)

Por outro lado, em alguns casos em que os filhos estavam presentes durante as

¹⁵ No Brasil, estudos (SCHNEIDER, 1994; SACCO DOS ANJOS, 2003); preocupados com as transformações no meio rural, têm acenado para ocorrência de fenômenos demográficos importantes, como os processos de desagregação, masculinização e envelhecimento da população, o que indica que o que abstraímos neste estudo é um fenômeno de ocorrência não singular.

entrevistas, estes manifestaram interesse em permanecer na agricultura, embora afirmassem que o trabalho é pesado e de retorno financeiro pequeno.

É como forma de validar, o que foi dito anteriormente com relação à necessidade de uma nova roupagem para agricultura familiar, que os relatos acima citados tornam-se notadamente relevantes.

Outro ponto comum em relação a este grupo de agricultores é que todos eles já fizeram parte, ou ainda fazem, de cooperativas e associações. Com relação aos motivos que os levaram a participar está a troca de conhecimento, mas principalmente o fortalecimento da produção familiar de base ecológica.

3. A Rede e suas interfaces: acesso a tecnologias, ferramenta de organização e gestão das unidades de produção e relações com o mercado na região sul

A presente pesquisa foi realizada¹⁶ em uma região específica do Rio Grande do Sul, a região sul¹⁷, cuja a existência e operacionalização da Rede de Referência em Agricultura Familiar, se materializa pela forte presença da agricultura familiar de base ecológica¹⁸ e forte incentivo de instituições ligadas a esta área.

É notório que na região sul há uma forte presença de entidades que trabalham em prol da agricultura familiar de base ecológica. Segundo Becker (2010, p.22), “nos últimos anos estes [agricultores familiares de base ecológica] vêm experimentando um forte processo de organização social, propiciado pelo protagonismo crescente de diversos movimentos sociais (ONG’s, sindicatos, cooperativas, associações, etc.)”

O trabalho a campo foi realizado em 11 estabelecimentos rurais que estão em processo de transição agroecológica e fazem parte da Rede de Referência em Agricultura Familiar. As mesmas estão situadas na porção meridional do Rio Grande do Sul, nos municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu, Rio Grande, Pelotas, Morro Redondo e Turuçu (cf. Fig. 1).

Cabe ressaltar que a região onde estes municípios se situam é uma das mais enfraquecidas economicamente, mostrando índices de desenvolvimento equivalentes aos das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Fazem parte dessa região, além dos municípios

¹⁶ Cabe ressaltar que os dados coletados no mês de junho do presente ano através de entrevistas em profundidade contribuíram para fomentar as discussões que estão sendo feitas nesta secção.

¹⁷ Para expressar a localização da região de estudo, nos valeremos doravante da denominação, utilizada pela Embrapa Clima Temperado, qual seja: região sul do Rio grande do sul.

¹⁸ Neste trabalho utilizamos o termo “de base ecológica”, por atribuir a agricultura familiar de base ecológica o entendimento do sistema de produção como um agroecossistema, cuja produção inclui dimensões: ética, política, cultural, social, econômica e ambiental. Optou-se por não utilizar o termo “agricultura orgânica” por acreditar que o mesmo possa carregar significados que não estejam necessariamente incluídos na ótica da Agroecologia, muito embora este seja o termo utilizado pela legislação brasileira (Lei nº 1831) e seus dispositivos superiores.

supracitados: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, e Turuçu.

Esta região tem dimensão equivalente a 39.960 km². Dos seus 841.722 habitantes, 152.351 (18,10%) vivem na área rural. Na região, estão instalados 115 assentamentos da reforma agrária, com aproximadamente 3,7 mil famílias. A região Sul do RS, ainda conta com expressivo número de comunidades quilombolas (27 autodefinidas), que são a marca viva do lastro histórico de desigualdade social herdado da indústria do charque (PORTO, 2008).

É para fins de melhorias na região que a Agroecologia materializa-se como suporte ao processo de desenvolvimento, o qual vem sendo esboçado também pelos atores sociais que representam e praticam a agricultura familiar.

3.1 O universo de comercialização alcançado pelos agricultores vinculados à Rede de Referência em Agricultura Familiar

As feiras livres de base ecológica¹⁹ são o principal canal de comercialização atingido por estes agricultores, ficando em segundo plano a venda direta a restaurantes e aos mercados institucionais. Fato este que se deve a essência de formação deste grupo que se organizou na perspectiva de comercialização de seus produtos na venda direta ao consumidor e assim consolidou um modo diferenciado de inserção ao mercado. Segundo expressam os entrevistados, esta relação refletiu positivamente em suas vidas em função de os mesmos estabelecerem contato direto com os consumidores conhecendo suas preferências, criando vínculos de amizade e respeito que transpõe o ato de vender alimentos. Ou seja, são os laços de confiança, reciprocidade e credibilidade que se sedimentam.

Entrementes as bibliografias existentes permitem identificar que as feiras são uma prática tradicional no município de Pelotas, tendo como objetivo atenuar a distância entre produtores e consumidores e assegurar um maior retorno financeiro para os agricultores, já que, sem a figura do atravessador a remuneração pelo produto tende a ser maior. Assim, ressalta-se que estas incorporam os preceitos da agricultura ecológica, quais sejam: aproximação entre agricultor e consumidor; cooperação e não-competição; equidade entre os atores; manutenção de agricultores na terra; e, defesa do emprego rural (SCHNEIDER, 2004).

Outro fator primordial que caracteriza as feiras de base ecológica na região é a

¹⁹ A primeira feira ecológica inaugurada em 1995, é a que acontece aos sábados das 7h às 13h, na Av. Dom Joaquim, na zona norte de Pelotas, RS, constitui uma iniciativa dos agricultores ecológicos vinculados a ARPASUL (Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul). Posteriormente, foram se estruturando as outras feiras que além do apoio da ARPASUL, contam também com apoio da Cooperativa Sul Ecológica (Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.).

montagem das mesmas, que ocorrem sob responsabilidade dos próprios feirantes em sistemas associativos. O que reforça os laços de solidariedade e união dentro deste grupo e segundo alguns relatos é a essência do sucesso e fortalecimento deste trabalho em equipe.

A questão do mercado também é a questão da **nucleação**... o agricultor isolado jamais consegue trabalhar o mercado, este tipo de mercado que a gente tem... hoje está se vendendo uma quantidade de itens muito grande, que se fosse um agricultor só, jamais conseguiria ter essa diversidade. Hoje em dia o mercado está cada vez mais exigente nessa questão de comprar tudo o que se precisa em um local só. Ao mesmo tempo que as pessoas não tem mais tempo, é uma correria no dia a dia... a união direta dos agricultores é essencial para conseguir se ter êxito num trabalho como esse ... a confiança que se adquire neste trabalho é que é muito importante. (Entrevista 9, 2011)

No tocante a esta perspectiva, as feiras ecológicas estabelecem relações insubstituíveis no que diz respeito à produção socialmente justa e ambientalmente correta na região sul. Deste modo, proporciona através da aproximação entre produtor e consumidor uma atmosfera de confiabilidade que resulta num processo de formação e reeducação para ambas as partes no que diz respeito ao modo de produção de alimentos e as reais necessidades dos consumidores finais²⁰. Neste sentido, a confiabilidade entre produtor e consumidor e a mudança paradigmática nos modos de produção e vida dispõe sobre o consumo a indução dos processos (LOVATTO *et. al.*, 2009).

3.2 A Rede de Referência, seus atores sociais e os mercados

Na ótica de validação da metodologia de redes para a região sul do Brasil, o que se apresenta como maior importância, segundo relatos dos agricultores, é o papel desta ferramenta na consolidação da transição dos formatos tecnológicos.

Por parte do grupo de entrevistados, a Rede apresentou dois distintos papéis, ou seja, por parte do grupo de agricultores que já vinham de um processo de transição, antes mesmo de seu ingresso na Rede, ela serviu como motivador, ao mesmo passo em que também forneceu suporte ao enfrentamento das dificuldades produtivas. Já, por parte dos agricultores que se mostravam dispostos, mas que ainda não haviam iniciado a conversão do sistema produtivo, a Rede foi fundamental no auxílio para adequação das técnicas à realidade encontrada em cada sistema.

Neste contexto, construíram-se as bases para organicidade da própria Rede e de sua interface entre os agricultores e com outras instituições, que se estruturaram e se fortaleceram, criando uma atmosfera que convergiu em busca de informações e tecnologias que

²⁰ Os métodos de produção da agricultura agroecológica vão ao encontro com as demandas da sociedade. Além disso, o modelo convencional tem demonstrado que é insustentável, tanto para o meio ambiente, como no aspecto social e político dos agricultores e consumidores (MAFRA, 2001).

respaldassem o acesso aos mercados.

A venda do que é produzido pela agricultura familiar de base ecológica constitui o respaldo necessário de que os agricultores precisam para se sentirem valorizados e muito, além disso, terem uma forma socialmente justa de viver, uma vez que o acesso aos mercados garante aos agricultores o fortalecimento da agricultura familiar, por garantir espaço regular aos produtos desta categoria, bem como incorporar maior valor aos mesmos em função do encurtamento da cadeia comercial (RIBEIRO *et. al.*, 2003).

Na opinião de Abramovay, (1992, p. 101-2), “mais do que um tipo econômico, o camponês representa antes de tudo, um modo de vida”. Compartilhamos plenamente com o autor, visto que nas explorações agrícolas familiares “trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida”.

Nesta perspectiva questionou-se aos agricultores entrevistados: ***O que contribui o fato de você estar inserido ao mercado, ou seja, ter onde vender seus produtos?*** E, embora as respostas tenham sido expressas de forma distinta, o ponto comum é que aos agricultores a inserção no mercado garante a manutenção de vida da família e da própria propriedade, contribuindo para criação de identidade, proporcionando-lhe credibilidade junto à sociedade.

O que a realidade estudada nos indica é que a venda de um produto vai além do ato comercial em si, ele transpõe o véu econômico e se situa na perspectiva de reconhecimento de um trabalho diferencial, qual seja o do agricultor familiar de base ecológica.

Deste modo, constatou-se que os agricultores conduzem suas atividades orientadas não estritamente por fatores econômicos e, que de outra parte, estes atribuem um significado simbólico aos seus produtos, vinculando-os com as características dos locais de produção dos mesmos. Os excertos que seguem respaldam estas assertivas: “*Somos agricultores e não comerciantes. Olhar pelo lado do consumidor*” (Entrevista 2, 2011); “*Produzir alimento não é só um negócio*” (Entrevista 1, 2011); “*O produto cria uma identidade, é reconhecido pelo agricultor, obtido a partir de novas formas de trabalho, que é uma aprendizagem contínua*” (Entrevista 9, 2011).

Na busca por melhor entender de que maneira a Rede de Referência auxilia na consolidação de acesso aos mercados por parte dos agricultores foi perguntado aos mesmos - ***Qual papel a Rede havia desempenhado na comercialização dos produtos?*** Neste quesito os entrevistados foram unânimes em responder que a mesma não possui uma influência direta na venda dos produtos, porém é fundamental no que diz respeito ao auxílio na gestão das unidades de produção, pois garante um grande leque de informações, proporciona

intercâmbios entre os agricultores, permite acesso a cursos que auxiliam na forma de comercialização, acesso a tecnologias que refletem diretamente na produção e venda dos produtos.

O trecho que segue robustece de forma interessante a assertiva expressa acima:

Com o caso e eu entrar na Rede, a gente viu novas formas de trabalho, novas formas de trabalhar e então isso aí melhorou muito nossa atividade. Porque esse tipo de trabalho que a gente tem é um aprendizado diário, a cada dia tu tem um a nova forma de trabalhar, tu pega a exigência do freguês ... então isso é uma coisa muito importante. (Entrevista 9, 2011).

Outra questão levantada na pesquisa a campo diz respeito ao que a Rede de Referência poderia fazer para se envolver mais na inserção dos agricultores aos mercados locais. Com relação a este ponto é de pensamento comum dos agricultores entrevistados que a mesma poderia trabalhar de forma mais freqüente na divulgação do trabalho desenvolvido nas unidades agrícolas de referência e dos produtos gerados por este trabalho, conforme se pode verificar nos depoimentos que seguem:

Mas é eu acho que é na divulgação [que a Rede mais auxilia] por exemplo agora que a gente tiver este selo [certificação] aí seria muito importante que aqui existe um grupo, que aqui nós estamos produzindo ecologicamente ... pra fazer as pesquisas. (Entrevista 6, 2011).

Par e par a Rede tem contribuído, segundo os dados a campo, para a indissociação no seio da agricultura familiar, pois constitui um instrumento valorização e divulgação do trabalho da mesma. Além de respaldar o acesso a tecnologias que proporcionam a realização de formas de manejo sustentável e economicamente viável, refletindo no aumento da produção, cuidado com o meio ambiente e por conseqüência obtenção de renda.

A organicidade da Rede reforça os laços já existentes, robustece as relações de toda ordem com os envolvidos. Nas relações com o mercado, esta articulação é fundamental. Todavia, esta organização social, imprime um respaldo ao trabalho das entidades da agricultura familiar envolvidos, extrapolando a atuação no âmbito do meio rural. Wilkinson (1997) afirma que o futuro da produção agrícola familiar depende menos da competitividade definida nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais do que do efetivo surgimento de uma coalizão de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas regionais, a partir do potencial produtivo do sistema de produção familiar.

É o que refletem os depoimentos a seguir,

Se aumentar a venda nós vamos ter outro problema, nós vamos ter que produzir mais ainda. Aí nós vamos ter outro problema. Nosso problema é a mão de obra. As vezes falta mão de obra pra tocar a produção para os mercados já existentes. Que as

famílias cada vez são menores, menos gente ficando no campo, né. (Entrevistado 1, 2011).

A divulgação e o reconhecimento aos demais segmentos sociais parece ser a principal influência que a Rede possui na questão da comercialização. Destarte, o alcance que estas ações alcançam, transcendem a esfera mercantil, estando muito presentes os laços de solidariedade e a reciprocidade.

Nossos entrevistados reconhecem a função da Rede em relação ao mercado da seguinte forma,

Mais na questão de divulgação assim, porque eu me lembro que numa época tava muito ruim assim de venda, nem tinha a feira de Canguçu ainda, só a feira de Pelotas e tava vendendo pouco. Daí a gente chamou o pessoal da Embrapa, chamou todo o pessoal [da Rede]... daí toda a questão dos vídeos que foram gravados nas propriedades²¹, então acho legal isso. (Entrevista 2, 2011).

Diretamente com a venda a Rede não se envolve não. Talvez com a questão da publicidade, da promoção... a Associação já tem os mercados formados. Nós estamos preocupados em conseguir produzir mais para atender este mercado que já temos. (Entrevista 1, 2011).

Automaticamente ela [a Rede] acaba entrando de outra forma, no aprendizado, na forma de entender o mercado. A gente entende o mercado de uma forma diferente, esta é uma sequência de trabalhos. Eu acho que a Rede poderia entrar mais na parte de divulgação... divulgando melhor o produto e o trabalho que a gente faz, automaticamente estaria ajudando as propriedades, ajudando as famílias. (Entrevista 9, 2011).

Percebe-se que questões que seguem este viés possuem grande proximidade entre si. Assim, por parte do grupo social estudado é fundamental estarem vinculados a trabalhando em Rede. Todavia, os mesmos reconhecem que o sucesso desta vinculação esta necessariamente atrelada ao reconhecimento da metodologia de manejo diferenciada que desenvolvem em sua produção de alimentos que vai ao encontro dos preceitos da sustentabilidade.

4. Considerações Finais

Na finalização das discussões deste trabalho algumas questões são de suma importância para pensar e repensar a atuação da Rede de Pesquisa Participativa (Rede de Referência), pois se por um lado o grupo de agricultores que compõem esta Rede já vinha desempenhando em suas unidades produtivas um trabalho diferenciado, com a institucionalização dela o cenário se modificou, tendo respaldo na aproximação com

²¹ A entrevistada refere-se a série de reportagens realizadas pelo *Programa Terra Sul*, com os agricultores da Rede de Referência em 2008. Este programa televisivo produzido pela Embrapa Clima Temperado que apresenta as novidades do cenário agrícola familiar no sul gaúcho.

instituições de ensino e pesquisa.

O fato é que a partir de então, um novo olhar recaiu sobre este grupo social, uma vez que este passou a desempenhar a função de espelhar a agricultura familiar de base ecológica que se pretende difundir na região.

Assim, a Rede fomentou a consolidação de iniciativas de trabalho associativo e construção de relações mercantis diferenciadas, para alimentos produzidos em harmonia com o meio ambiente, em um processo de contínuo aprimoramento e entrelaçamento entre os atores sociais imbricados nesta dinâmica. Fato este que, em nosso entendimento, tem contribuído, para a consolidação do protagonismo através da organização social deste grupo de agricultores, e, por conseguinte, propiciado o desenvolvimento de um modo singular de produção e relação com o mercado.

Vislumbra-se que iniciativas como a da Rede de Referência são fundamentais desde que desenvolvidas, tendo como imperativo as ações de fortalecimento da autonomia e da participação ativa dos agricultores, a partir de mecanismos que irão subsidiar os processos de transição agroecológica, que vem sendo encampado por este grupo de agricultores no sul gaúcho.

Referências

- ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs, 1992.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, J. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre-RS: Ed. Universidade - UFRGS, p. 33-55, 1998.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia – Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2002.
- BARROS, C. S. G. **Pontos de Psicologia Geral**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1985.
- BECKER, C. **Mercados institucionais e agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande Sul**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Curso de Pós-Graduação em Sistemas de produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.
- BRUMER, A. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: **Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, Quito - Ecuador. 2006, v.1. CD-ROM.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; *et. al.* **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v1. 1999.
- CASTILLA, E. J.; HWANG, H.; GRANOVETTER, E.; GRANOVETTER, M.. Social networks in Silicon Valley. In: LEE, C. M.; MILLER, W. F.; HANCOCK, M. G.; ROWEN, H. S. (Eds.). *The Silicon Valley Edge*. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 218-247.
- FERREIRA, A. B. H.. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1838p. 1986.

LOVATTO, P. B.; NASCIMENTO, S. G.; ANDERSSON, F. S.; BEZERRA, A.. Caracterização do consumo em uma feira livre de base ecológica do Município de Pelotas, RS, Brasil. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Curitiba, Paraná: ABA, 2009, v.1, CD-ROM.

LOVATTO, P. B. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil**. 2007. 262 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul.

MAFRA, M. S. H. **Estudo das relações técnicas, sócio-econômicas, políticas e ambientais da agricultura orgânica e biodinâmica em uma fazenda biodinâmica na região da Apulia Itália**. 2001. Relatório (Estágio Profissionalizante), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARCON, C.; MOINET, N. **Estratégia-rede**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S.; NASCIMENTO, M. R.; GONÇALVES, S. A.; AUGUSTO, P. M.. Fórum – Redes sociais e interorganizacionais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v.46 – n.3, p. 10-15, 2006.

MEDEIROS, C. A. B.; REICHERT, L. J.; GOMES, J. C. C.; HEBERLÊ, A. L. O. (Eds.). **Tecnologias para os sistemas de produção e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2005.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2001.

PERERA, F. R. A. **O uso de metodologias participativas na democratização do Conhecimento: avaliação de Rede de Referência na Região Sul do RS**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Curso de Pós-Graduação em Sistemas de produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.

PORTO, R. G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé-RS**. 2008, 166f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Curso de Pós-Graduação em Sistemas de produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.

RIBEIRO, E. M.; ANGULO, J. L. G.; NORONHA, A. F. B.; CASTRO, B. S.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; SILVESTRE, L. H.. Trabalho Familiar e Mercado Local no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **XLI CONGRESSO DA SOBER**, Juiz de Fora, 2003. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Juiz de Fora: SOBER, 2003, v. I, CD-ROM.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**, Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, I. Êxodo, Envelhecimento Populacional e Estratégias de Sucessão na Exploração Agrícola. **Indicadores Econômicos**. Porto Alegre, v.2, n.4, p.259-268, 1994.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, 2004.

SOARES JÚNIOR, D.; MIRANDA, M.; ANDRADE, M. A. A.; CARNEIRO, S. L.. **Redes de referência – intercâmbio Brasil – França**: relatório analítico dos trabalhos desenvolvidos na viagem técnica à França. Curitiba: IAPAR-EMATER, 2000.